



ANEXO I **TERMO DE REFERÊNCIA**

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é de **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS APRESENTAÇÃO ARTISTICA (DJ) PARA ATENDER A NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.**

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. A Prefeitura Municipal de Bonfinópolis de Minas, por meio de suas diversas secretarias e departamentos, desenvolve regularmente campanhas informativas, ações educativas, programas de saúde, eventos culturais e esportivos, atividades institucionais e comunicados oficiais voltados à população.

2.2. A Administração Pública promove e apoia eventos institucionais, culturais, comemorativos e comunitários, que visam fortalecer a integração social, valorizar a cultura local, incentivar o lazer e assegurar a participação da população em atividades promovidas ou apoiadas pelo Poder Público.

2.3. Para a realização desses eventos, torna-se necessária a contratação de serviços de apresentação artística na modalidade DJ, responsável pela execução musical, ambientação sonora e animação do público, adequando-se às características, ao porte e à finalidade de cada evento.

2.4. O credenciamento de pessoas jurídicas para a prestação desses serviços mostra-se a forma mais eficiente e vantajosa, uma vez que possibilita à Administração formar um cadastro de prestadores aptos a atender às demandas de maneira flexível, transparente e isonômica, conforme a necessidade, a disponibilidade e o perfil artístico adequado a cada ocasião, sem a obrigatoriedade de exclusividade.

2.5. Ressalta-se que os eventos promovidos pela Administração ocorrem em datas, horários, locais e formatos variados, o que demanda a possibilidade de convocação de diferentes profissionais, respeitando critérios objetivos previamente definidos, como experiência, capacidade técnica, regularidade jurídica e adequação artística ao evento.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A solução proposta consiste no **credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços de apresentação artística na modalidade DJ**, com a finalidade de atender, de forma contínua e sob demanda, às



necessidades da Administração Pública em eventos institucionais, culturais, comemorativos, esportivos e comunitários.

3.2. A contratação por meio de credenciamento abrange todo o **ciclo de vida do objeto**, iniciando-se com a habilitação e qualificação prévia dos interessados, passando pela execução dos serviços conforme as demandas específicas da Administração, até a fiscalização, avaliação da prestação e encerramento contratual, assegurando controle, qualidade e eficiência em todas as etapas.

3.3. O ciclo de vida da solução compreende as seguintes fases:

a) Credenciamento e habilitação

Seleção de pessoas jurídicas que atendam aos requisitos técnicos, operacionais e de regularidade exigidos, formando um cadastro apto à prestação dos serviços, sem caráter de exclusividade.

b) Planejamento e convocação

Definição, pela Administração, das características do evento (data, local, duração, público estimado e perfil artístico), com posterior convocação dos credenciados conforme critérios objetivos, disponibilidade e adequação ao evento.

c) Execução do serviço

Realização da apresentação artística pelo DJ credenciado, incluindo ambientação musical, operação de equipamentos, cumprimento do repertório compatível com o evento e observância das orientações da Administração, garantindo qualidade técnica e respeito ao público.

d) Fiscalização e avaliação

Acompanhamento da execução por representante designado, com verificação do cumprimento das obrigações, da qualidade do serviço prestado e da conformidade com as condições previamente estabelecidas.

e) Encerramento e pagamento

Após a comprovação da execução satisfatória do serviço, proceder-se-á ao pagamento conforme valores e condições previamente definidos, encerrando-se a demanda específica, sem prejuízo de futuras convocações.

3.4. A solução adotada permite à Administração dispor de um **modelo flexível, eficiente e sustentável**, garantindo atendimento contínuo às demandas ao longo do tempo, com controle de qualidade, previsibilidade de custos e adequação às diversas realidades dos eventos promovidos ou apoiados pelo Poder Público.

4. CONDIÇÕES GERAIS



4.1. O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano contados da assinatura do termo de credenciamento, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que são indispensáveis para manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades prolongadas, sendo que a vigência plurianual pode ser mais vantajosa, a ser analisada em momento oportuno pela autoridade responsável.

4.3. Os preços dos serviços (objeto deste termo) decorrerão de pesquisa de mercado ampla a ser realizada pelo setor próprio, considerando o preço médio alcançado no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e considerando, os processos anteriormente realizados no órgão.

4.4. A empresa contratada deverá dispor de profissional devidamente habilitado na área específica de atuação de cada um dos itens, com formação acadêmica compatível e inscrição no órgão da profissão ativo, se for o caso.

5. DO OBJETO, QUANTITATIVO, VALORES ESTIMADOS

5.1. Os serviços abaixo descritos serão prestados de acordo sob demanda, respeitando o quantitativo e os valores constantes da tabela aprovada, conforme abaixo:

ITEM	UNIDADE	DISCRIMINAÇÃO DO SERVIÇO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO
1.	HORA	APRESENTAÇÃO MUSICAL (DJ) EM EVENTOS DE PEQUENO PORTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (EX: CAMPEONATO DE FUTEBOL; REUNIÕES PROTOCOLARES DA ADMINISTRAÇÃO; INAUGURAÇÕES DE ESPAÇOS PÚBLICOS, OUTROS SIMILARES)	300	R\$250,00
2.	HORA	APRESENTAÇÃO MUSICAL (DJ) EM EVENTO DE GRANDE PORTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (EX: FESTAS TRADICIONAIS EM COMUNIDADES RURAIS; CARNAVAL; REVEILLON; EXPOAGRO; EXPOSAUDE; EVENTOS PREVISTO EM CALENDÁRIO OFICIAL, OUTROS DE PORTE SIMILARES)	200	R\$500,00

5.2. A administração municipal, oportunamente pagará ao CONTRATADO pelos serviços efetivamente prestados e comprovados pelas faturas emitidas e atestadas



pela Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, através do Fiscal de Contrato, com os valores constantes da tabela aprovada;

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. O serviço de apresentação artística (DJ) compreende, no mínimo:

6.1.1. Execução musical ao vivo, por meio de seleção e mixagem de faixas musicais adequadas ao tipo de evento e ao público-alvo;

6.1.2. Ambientação sonora compatível com o porte e a finalidade do evento;

6.1.3. Operação técnica de equipamentos de som, quando de responsabilidade do contratado, ou integração com equipamentos disponibilizados pela Administração;

6.1.4. Cumprimento do tempo de apresentação previamente definido;

6.1.5. Observância de normas de conduta, respeito às diretrizes institucionais e adequação do conteúdo musical;

6.1.6. Disponibilidade para ajustes no repertório durante a execução, conforme orientação da Administração.

6.2. O não cumprimento do presente termo, acarretará a anulação do empenho bem como a aplicação das penalidades previstas, em conformidade com a Lei 14.133/2021.

6.3. O serviço, objeto desse Termo de referência, deverá estar em conformidade com as normas aplicáveis, ficando desde já estabelecido que só sejam aceitos proponentes habilitados para tal fim.

6.4. Caso não seja possível a efetiva execução, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos (05) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. 7.1. Recebimento do Serviço

7.1.1. Os serviços de apresentação artística (DJ) serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no momento da execução, mediante verificação inicial do cumprimento das condições estabelecidas no Termo de Referência, na convocação e na proposta apresentada, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para fins de posterior avaliação da conformidade e da qualidade da prestação.



7.1.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive durante a execução, quando realizados em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, na proposta ou nas orientações da Administração, devendo a contratada corrigir imediatamente as falhas apontadas, sem ônus adicional para a Administração, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.1.3. O recebimento definitivo do serviço ocorrerá após a conclusão da apresentação artística, mediante atesto do(a) fiscal do contrato, que certificará que o serviço foi executado de forma satisfatória, em conformidade com as condições estabelecidas no Termo de Referência, na convocação e na proposta, constituindo requisito para a liberação do pagamento correspondente.

7.2. Prazo de pagamento

7.2.1. Os pagamentos serão efetuados até 30 (trinta) dias após efetiva execução, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria solicitante

7.3. Forma de pagamento

7.3.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.3.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8. DAS OBRIGAÇÕES

8.1. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

8.1.1. proporcionar todas as condições para que o Credenciado (a) possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do contrato, do edital e seus anexos, especialmente deste Termo de Referência;

8.1.2. exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo (a) Credenciado (a), de acordo com as cláusulas contratuais;

8.1.3. exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

8.1.4. notificar o (a) Credenciado (a) por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços;



8.1.5. zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pelo(a) Credenciado(a), todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.1.6. Atestar a entrega dos serviços e submeter à aprovação do controle interno;

8.1.7. Efetuar o(s) pagamento(s) na forma e condição (ões) contratada(s).

8.2. DAS OBRIGAÇÕES DO(A) CREDENCIADO(A)

8.2.1. O contratado deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas;

8.2.2. A interrupção do atendimento por iniciativa da credenciada sem motivo justificado será considerada como abandono, sujeitando-a as penalidades previstas em Lei e neste Edital.

8.2.3. Executar os serviços conforme especificações do termo de referência e edital, qual seja, prestação de serviços em cumprimento das cláusulas contratuais e na conformidade com as demandas da Secretaria;

8.2.4. Apresentar a(s) fatura(s)/Nota Fiscal preenchida(s) de forma correta e em valor(es) correspondente(s) ao(s) previsto(s) no(s) contrato, em tempo de ser(em) processada(s);

8.2.5. Assumir responsabilidades legais, administrativas e técnicas pela execução dos serviços prestados;

8.2.6. Pagar todos os tributos e encargos sociais devidos, referentes à execução dos serviços prestados;

8.2.7. Assumir a responsabilidade de pagamentos aos seus funcionários, apresentado juntamente com a nota fiscal a quitação dos débitos trabalhistas, quando não se tratar de dirigente, sócio ou responsável da empresa que executará;

8.2.8. Responsabilizar-se, civil e/ou criminalmente, por todos os atos e omissões que, direta e indiretamente, cometerem na execução dos serviços objeto do presente contrato, indenizando, se for o caso, a parte prejudicada;

8.2.9. Manter durante toda a vigência do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas;



8.2.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, aos documentos relativos à execução do serviço;

8.2.11. Acatar prontamente as exigências e observações da fiscalização do órgão municipal;

8.2.12. Prestar toda assistência para o cumprimento do objeto contratual;

8.2.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

8.2.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

8.2.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

8.2.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

8.2.17. Dar à Administração ciência de qualquer fato que interfira na execução normal do serviço, sugerindo as medidas de correção.

9. DAS PENALIDADES E MULTAS

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei 14.133/2021, o contratado que:

- a)** der causa à inexecução parcial do contrato;
- b)** der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c)** der causa à inexecução total do contrato;
- d)** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e)** apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f)** praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h)** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



1.1. Serão aplicadas à contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. **Advertência**, comunicação formal, por notificação escrita, por e-mail institucional ou com aviso de recebimento, versando sobre alguma desconformidade quanto à inobservância de deveres contratuais e/ou outras obrigações assumidas, com determinação da adoção das necessárias medidas de correção e adequação da relação contratual, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV. **Multa:**

a. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10(dez)dias;

b. O atraso superior a 10 (dez) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

c. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem “7.1”, de 1% a 10% do valor do Contrato.

d. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem “11.1”, de 2% a 10% do valor do Contrato.

e. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 7.1, a multa será de 2% a 10% do valor do Contrato.

f. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem “7.1”, a multa será de 2% a 5% do valor do Contrato.

g. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem “7.1”, a multa será de 1% a 5% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

9.2. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

9.3. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).



9.4. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

9.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.5.1. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.5.2. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.5.3. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a.** a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b.** as peculiaridades do caso concreto;
- c.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d.** os danos que dela provierem para o Contratante;
- e.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

9.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)



9.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

9.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

9.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

10. DA VIGÊNCIA:

10.1. A vigência do contrato oriundo desse credenciamento será de 12 (doze) meses a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado no interesse das partes até o limite permitido na Lei nº 14.133/2021.

10.2. O CREDENCIADO, caso o contrato venha a ser prorrogado, ficará sujeito à comprovação das mesmas condições exigidas na habilitação da empresa, no início do contrato.

11. DO DESCREDENCIAMENTO

11.1. O MUNICÍPIO poderá declarar rescindido o presente contrato, por motivo de:

- 11.1.1.** O (A) CREDENCIADO (A) não cumprir as disposições contratuais;
- 11.1.2.** Atraso na execução do(s) serviços;
- 11.1.3.** Subcontratação total ou parcial do objeto do presente;
- 11.1.4.** Dissolução da sociedade ou falecimento dos proprietários ou responsáveis;
- 11.1.5.** Decretação de falência da Empresa ou a instauração de insolvência civil dos proprietários;
- 11.1.6.** Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e homologadas pelo Prefeito Municipal;

11.2. O órgão poderá realizar o descredenciamento quando houver:

- 11.2.1.** pedido formalizado pelo credenciado;
- 11.2.2.** perda das condições de habilitação do credenciado;



11.2.3. descumprimento injustificado do contrato pelo contratado; e

11.2.4. sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.

11.2.5. O pedido de descredenciamento de que trata o inciso I do caput não desincumbirá o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades deles recorrentes.

11.2.6. Nas hipóteses previstas nos incisos II e III do caput, além do descredenciamento, deverá ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na legislação.

11.2.7. Se houver a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até decisão no sentido de rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize a sua situação.

11.2.8. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou no interesse da administração, devidamente justificado, em qualquer caso, pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante, não será rescindido o contrato em execução com empresa ou profissional que estiver irregular.

11.3.O (A) CREDENCIADO (A) poderá declarar rescindido o presente contrato, mediante aviso prévio escrito com prazo de 30 (trinta) dias de antecedência, por motivo de:

11.3.1. Atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento da(s) fatura(s);

11.3.2. A rescisão poderá ser feita por acordo entre as partes, ou judiciais nos termos da legislação.

12. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

12.1.O valor estimado para a referida contratação é de em atendimento ao art. 24 da Lei federal 14.133/2021.

13. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

13.1. Os custos onerarão o orçamento 2026.

02.02.01.04.122.0401.2015	3.3.90.39.00	Ficha 118
02.03.01.04.123.0403.2017	3.3.90.39.00	Ficha 133
02.04.01.12.122.1201.2019	3.3.90.39.00	Ficha 149
02.04.01.12.361.1202.2021	3.3.90.39.00	Ficha 167
02.04.01.12.361.1206.2022	3.3.90.39.00	Ficha 177
02.04.01.12.362.1207.2034	3.3.90.39.00	Ficha 184
02.04.01.12.364.1208.2036	3.3.90.39.00	Ficha 196
02.04.01.12.365.1203.2219	3.3.90.39.00	Ficha 207
02.05.01.10.301.1001.2038	3.3.90.39.00	Ficha 279



02.05.01.10.301.1001.2039	3.3.90.39.00	Ficha 290
02.05.01.10.301.1001.2234	3.3.90.39.00	Ficha 321
02.05.01.10.302.1001.2045	3.3.90.39.00	Ficha 339
02.05.01.10.302.1001.2097	3.3.90.39.00	Ficha 350
02.05.01.10.302.1001.2248	3.3.90.39.00	Ficha 362
02.05.01.10.303.1001.2046	3.3.90.39.00	Ficha 374
02.05.01.10.304.1003.2047	3.3.90.39.00	Ficha 388
02.05.01.10.305.1003.2048	3.3.90.39.00	Ficha 403
02.06.01.08.122.0401.2050	3.3.90.39.00	Ficha 424
02.06.01.11.334.1101.2102	3.3.90.39.00	Ficha 440
02.06.01.08.244.0801.1105	3.3.90.39.00	Ficha 451
02.06.01.08.244.0801.2239	3.3.90.39.00	Ficha 473
02.06.01.14.243.1401.2061	3.3.90.39.00	Ficha 494
02.06.05.13.391.1302.1073	3.3.90.39.00	Ficha 506
02.06.05.13.391.1302.2226	3.3.90.39.00	Ficha 513
02.06.05.13.392.1301.2064	3.3.90.39.00	Ficha 522
02.06.05.13.392.1301.2065	3.3.90.39.00	Ficha 529
02.06.06.23.695.2301.2096	3.3.90.39.00	Ficha 539
02.06.06.23.695.2301.2111	3.3.90.39.00	Ficha 541
02.07.01.20.122.2001.2075	3.3.90.39.00	Ficha 553
02.07.01.20.605.2002.2230	3.3.90.39.00	Ficha 563
02.07.01.20.606.2001.2109	3.3.90.39.00	Ficha 568
02.07.01.20.606.2002.2232	3.3.90.39.00	Ficha 582
02.08.01.15.122.1502.2077	3.3.90.39.00	Ficha 622
02.08.01.15.451.1501.2076	3.3.90.39.00	Ficha 617
02.08.01.26.782.2601.1102	3.3.90.39.00	Ficha 630
02.08.01.26.782.2601.2079	3.3.90.39.00	Ficha 640
02.09.01.27.122.2701.2068	3.3.90.39.00	Ficha 674
02.10.01.06.181.0601.2083	3.3.90.39.00	Ficha 708
02.10.01.06.181.0601.2086	3.3.90.39.00	Ficha 725

Bonfinópolis de Minas, 02 de fevereiro de 2026.

Guilherme Franklin de Carvalho Santos

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Matricula: 2373-8